RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

BARÃO DE COCAIS/MG
MARÇO/2019

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS/MG

BARÃO DE COCAIS/MG
MARÇO/2019

GESTOR RESPONSÁVEL PELA CÂMARA	
LEONEI MORAIS PIRES	CPF nº: 051.570.716-39

CONTROLADOR INTERNO	
FERNANDA CRISTINA SILVEIRA	CPF nº: 059.264.446-40

ÍNDICE

1. Apresentação 6
2. Introdução 7
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 8
3.1 Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO 8
4. Avaliação do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária 9
4.1. Elaboração do Orçamento 9
4.2. Execução do Orçamento 10
4.3. Balanço Orçamentário 11
4.3.1. Anexos do Balanço Orçamentário referente a Restos a Pagar. 12
4.4. Limite máximo das despesas do Poder Legislativo 13
4.5. Créditos adicionais 13
4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores 13
4.7. Reserva de Contingência 14
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira 14
6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial 17
6.1. Balanço Patrimonial comparado 17
6.1.1. Anexos do Balanço Patrimonial 19
6.1.1.1. Demonstrativo de Superávit financeiro 19
6.1.1.2. Anexo ref. ao Demonstrativo do Ativo e do Passivo Compensado 19
6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais 20
6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna 21
6.4. Demonstração da Dívida Flutuante 21
6.5. Demonstração dos Devedores Diversos 22
6.6. Inventário Geral Analítico 22
6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas 23
7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar 23
8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal 24
8.1. Despesa total com pessoal 24
8.2. Gastos com a folha de pagamento 24
8.3. Subsídio dos vereadores 24
8.4. Gastos com a remuneração dos Vereadores 25
9. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social. 25
10. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário. 26
11. Inventário 26
12. Cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. 26

13. Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial. 27
14. Conclusão.....28

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Decisão Normativa nº 02/2016 do TCE/MG, Resolução nº 03, de 21 de dezembro de 2006, combinados com os arts. 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2018.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2018 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, financeira, de controle e patrimonial nos termos das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nesses aspectos, procurou-se, durante o ano de 2018, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual-PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando, inclusive, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e da Lei Orçamentária Anual-LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas pelo Poder Legislativo em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis e aos repasses financeiros realizados pelo Poder Executivo, os quais se efetivaram do modo esperado, sendo, portanto, suficientes para dar cumprimento ao PPA.

Na avaliação do cumprimento das metas, correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se a meta atingida foi a meta proposta, se não poderia gastar menos ao se realizar a ação e se ela alcançou, de fato, os anseios da população.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual-LOA, sendo que, ao elaborar a LDO, selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA àqueles prioritários durante a execução do orçamento.

Dessa forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, e que orientou a elaboração da LOA.

3.1 Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01 - Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPA e na LDO

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO EXERCÍCIO DE 2018							
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R$)	REALIZADO (R$)
2.001 - Manutenção do Corpo Legislativo - Pessoal	**X**		**X**			**1.344.540,00**	**1.247.035,66**
2002 - Manutenção do Corpo Legislativo	**X**				**X**	**29.000,00**	**3.376,48**
2.003 - Manutenção das Atividades da Câmara - Pessoal	**X**		**X**			**1.401.177,00**	**1.564.127,76**
2.004 - Manutenção das Atividades da Câmara	**X**		**X**			**174.200,00**	**184.912,16**
2005 - Divulgação Oficial e Publicidade	**X**		**X**			**15.000,00**	**7.707,33**
2.006 - Homenagem, Recepções e Festividades	**X**				**X**	**16.570,00**	**930,00**
2.007 - Contribuições incidentes sobre Serviços	**X**			**X**		**1.000,00**	**0,00**

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO EXERCÍCIO DE 2018							
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R$)	REALIZADO (R$)
2.008 - Manutenção do site cidadania	**X**		**X**			**20.000,00**	**22.840,08**
2.010 - Contribuição Associação de vereadores	**X**		**X**			**6.890,00**	**6.600,00**
3.001 - Aquisição de materiais permanentes	**X**				**X**	**50.000,00**	**2.852,70**
3.002 - Ampliação/Melhoria da sede do Legislativo	**X**			**X**		**20.000,00**	**0,00**
2.013 - Manutenção das atividades financeiras e orçamentárias-Pessoal	**X**		**X**			**438.510,00**	**410.341,78**
2.014 - Manutenção das atividades Financeiras e orçamentárias	**X**				**X**	**2.240,00**	**108,43**
TOTAL GERAL						**3.519.127,00**	**3.450.832,38**

As ações executadas pela Câmara no exercício de 2018 foram voltadas à manutenção das atividades inerentes ao Poder Legislativo.

4. Avaliação do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2018 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei n° 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 1826 de 28 de dezembro de 2017.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária foram verificadas quais eram as demandas existentes no Poder Legislativo e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de repasses financeiros para o exercício.

Com relação à estimativa de repasses financeiros, procurou-se estimar a arrecadação das receitas tributárias e das transferências constitucionais previstas

para o exercício anterior, obtendo-se, assim, a projeção do valor máximo que poderia ser repassado pelo Poder Executivo Municipal.

O repasse financeiro previsto foi estimado em 3.519.127,00 (três milhões, quinhentos e dezenove mil e cento e vinte e sete reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme quadro 02.

Quadro 02: Informações contidas na Lei Orçamentária, relacionadas ao Poder Legislativo

INFORMAÇÕES CONTIDAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA, RELACIONADAS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2018			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R$)
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	3.449.127,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	70.000,00
Repasse a Receber (Déficit)	3.519.127,00	Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	**3.519.127,00**	**TOTAL**	**3.519.127,00**

Nota: Somente com os dados da Câmara Municipal. Registrou-se na coluna da receita prevista por categoria o valor da previsão de repasses da Prefeitura Municipal.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei n° 4.320/64, Lei n° 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, os quais serviram de base para a elaboração dos demonstrativos consolidados pelo Poder Executivo.

Dessa forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para os repasses financeiros previstos e depois definiu-se a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Poder Legislativo.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nesses aspectos, a programação financeira foi elaborada mensalmente com base:

- ✓ Na previsão de repasses financeiros a serem efetuados pelo Poder Executivo;
- ✓ Na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- ✓ Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2018;
- ✓ Na experiência e no bom senso.

Feita a programação dos repasses previstos, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal por meio de:

- ✓ Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos etc.;
- ✓ Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;

- ✓ Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- ✓ Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2018;
- ✓ Informações do setor de pessoal;
- ✓ Previsão de pagamentos dos restos a pagar;
- ✓ Experiência e bom senso.

Depois de elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que correspondeu ao recurso financeiro liberado para o período. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se, principalmente, o acompanhamento dos repasses recebidos e da despesa realizada. Quando era verificada a frustração dos repasses recebidos em relação ao previsto, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar, de forma global, o desempenho da entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Na oportunidade, esclarece-se que os repasses concedidos pela Prefeitura foram registrados como despesa extraorçamentária, durante o exercício de 2018, enquanto os repasses recebidos pela Câmara foram registrados como receita extraorçamentária, conforme determina a Portaria nº 339/01 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim, com a extinção das receitas de transferências intragovernamentais e a contabilização dos repasses como despesas e receitas extraorçamentárias na Prefeitura e Câmara, respectivamente, conforme determina a Portaria nº 339/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, a análise do referido demonstrativo somente com os dados da Câmara ficou comprometida.

Contudo, para possibilitar a análise do Balanço Orçamentário, foram inseridos no quadro 03 os valores dos repasses previstos e arrecadados pela Câmara, conforme a seguir:

Quadro 03 - Balanço Orçamentário

Receitas				**Despesas**			
Especificação	Prevista	Realizada	Diferença	Especificação	Autorizada	Realizada	Diferença
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	Créditos Orçamentários e Suplementares	3.497.027,00	3.428.822,51	-68.204,49
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	Créditos Especiais e Extraordinários	22.100,00	22.009,87	-90,13
Deduções do	0,00	0,00	0,00				

FUNDEB							
SOMA	0,00	0,00	0,00	SOMA	3.519.127,00	3.450.832,38	-68.294,62
DÉFICITS	3.519.127,00	3.450.832,38	-68.294,62	SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.519.127,00	3.450.832,38	-68.294,62	**TOTAL**	3.519.127,00	3.450.832,38	-68.294,62

O valor dos repasses previstos para o exercício no valor de R$ 3.519.127,00 (três milhões, quinhentos e dezenove mil e cento e vinte e sete reais) foi efetivamente recebido.

A Câmara está mantendo o equilíbrio de suas contas, o que comprova que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. A intenção é manter os mesmos critérios de planejamento com o objetivo de assegurar a manutenção do equilíbrio das contas sem prejuízo da manutenção das atividades pertinentes ao Poder Legislativo, visando desta forma atender plenamente o §1º, do art. 1º, da LRF.

Esclarece-se que os repasses recebidos pela Câmara, durante o exercício de 2018, foram registrados como receita extraorçamentária, enquanto os concedidos pela Prefeitura foram registrados como despesa extraorçamentária, conforme determina a Portaria nº 339/01 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Deste modo, não foi possível atender a recomendação contida no caput do art. 3º, da Instrução Normativa nº 08/03 deste Tribunal de Contas, a qual orienta que as receitas da Câmara sejam registradas como receita orçamentária, pelo seguinte motivo:

a) não existe código de receita previsto no Manual das Receitas Públicas da Secretaria do Tesouro Nacional para registrar os repasses recebidos pela Câmara, uma vez que as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional excluíram a classificação "receita intragovernamental".

4.3.1. Anexos do Balanço Orçamentário referente a Restos a Pagar.

Dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, conforme quadro demonstrado a seguir (Quadro 04), a Câmara Municipal conseguiu pagá-los totalmente.

Quadro 04 - Demonstrativo dos Restos a Pagar

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**				**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**			
Exercício	Saldo em 31/12/2017	Inscritos	Cance-lados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cance-lados	Pagos	A pagar
2016	2.598,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.598,17	0,00	2.598,17	0,00
2017	56.022,11	0,00	0,00	0,00	0,00	56.022,11	0,00	56.022,11	0,00
TOTAL	**58.620,28**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**58.620,28**	**0,00**	**58.620,28**	**0,00**

4.4. Limite máximo das despesas do Poder Legislativo

Quadro 05 - Limite Máximo das Despesas do Poder Legislativo

LIMITE MÁXIMO DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2018	
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, ARRECADADAS em 2017.	R$ 51.010.842,79
(x) Limite máximo de despesas de acordo com a população do Município	7%
(=) Valor máximo de despesas do Poder Legislativo em 2018 SEM INATIVOS	R$ 3.570.758,99
(+) Despesa com inativos do Poder Legislativo em 2018 - AJUSTE DOS INATIVOS	R$ 0,00
(=) Valor máximo de despesas do Poder Legislativo em 2018 - AJUSTADO COM INATIVOS	R$ 3.570.758,99
(-) Valor das despesas realizadas pelo Poder Legislativo em 2018	R$ 3.450.832,38
(=) Diferença a maior ou a menor	R$ 119.926,61

Nota: O limite máximo das despesas do Poder Legislativo varia de acordo com a população do Município: 7% para Municípios com população de até cem mil habitantes. A população do município de Barão de Cocais é de 32.319 habitantes.

O art. 29-A da Constituição da República determina que "o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior".

O Poder Legislativo atendeu o limite máximo 7% (sete por cento) de suas despesas em relação à Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, efetivamente arrecadadas em 2017, conforme critério adotado por este Tribunal de Contas.

4.5. Créditos adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais.

Os créditos suplementares atingiram o valor de R$ 343.000,00 (trezentos e quarenta e três mil reais).

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 06 - Comparativo da Despesa Realizada

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2016, 2017 E 2018.								
EXERCÍCIOS	2016		2017			2018		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R$)	AV (%)	Realizada (R$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	3.491.202,30	88,27	3.481.367,25	99,72	98,11	3.447.979,68	99,04	99,91
Despesa de Capital	464.141,85	11,73	67.228,40	1,44	1,89	2.852,70	4,24	0,09
TOTAL	**3.955.344,15**	**100,00**	**3.548.595,65**	**89,71**	**100,00**	**3.450.832,38**	**97,24**	**100,00**

Diante do demonstrado no Quadro 06, depreende-se que os gastos da categoria econômica decresceram nos últimos anos. Este redução justifica-se em função da queda da arrecadação do Município. Quanto à predominância das despesas correntes em relação às despesas de capital, observa-se que este fato é consequência natural das atribuições do Poder Legislativo.

4.7. Reserva de Contingência

No orçamento da Câmara para o exercício de 2018, não foi prevista dotação para a reserva de contingência, tendo em vista as peculiaridades do orçamento do Poder Legislativo.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de natureza orçamentária e extraorçamentária, ocorridos no exercício de 2018, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2018 assim processou-se:

Quadro 07- Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**3.450.832,38**	**3.548.595,65**
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	3.450.832,38	3.548.595,65
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**3.519.126,96**	**3.687.000,00**	**Transferências Financeiras Concedida (VII)**	**153.256,41**	**624.176,69**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	3.519.126,96	3.687.000,00	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	153.256,41	624.176,69
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
'Transferências Recebidas Para Cobertura do Financeiro do RPPS	0,00	0,00	'Transferências Concedidas para Cobertura do Financeiro do RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas Para Cobertura do Financeiro do RGPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Cobertura do Financeiro do RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extra Orçamentários (III)	**744.376,67**	**780.862,06**	**Pagamentos Extra Orçamentários (VIII)**	**847.468,90**	**807.834,84**

Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.926,52	56.022,11	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	58.620,28	7.960,59
Inscrição de Restos a Pagar Processados	63.469,56	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	59.111,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	677.980,59	724.839,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	723.171,78	740.762,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	65.676,84	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**273.653,13**	**786.398,25**	**Saldo em Espécie para Exercício seguinte (IX)**	**85.599,07**	**273.653,13**
Caixa e Equivalentes de Caixa	273.653,13	786.398,25	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.599,07	273.653,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL	**4.537.156,76**	**5.254.260,31**	**TOTAL**	**4.537.156,76**	**5.254.260,31**

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- ✓ O novo formulário do Balanço Financeiro está adequado à IPC 06 - Instrução de Procedimento contábil, editado pela STN;
- ✓ As receitas e as despesas foram demonstradas pelas respectivas fontes de recursos;
- ✓ O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- ✓ O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- ✓ As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- ✓ As aplicações financeiras foram realizadas somente no banco oficial (Caixa Econômica Federal), conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República;
- ✓ A inscrição e os respectivos desembolsos com pagamento dos Restos a Pagar, utilizou-se da nova metodologia de inscrição, somente no grupo de contas orçamentárias, mas destacado no campo das receitas deste demonstrativo para que haja o equilíbrio financeiro do mesmo, nos termos da IPC 06;
- ✓ O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Quadro 08 - Metas Mensais de Arrecadação

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2018		
Meses	**Repasse + Receitas Próprias Previstas (R$)**	**Repasse Recebido + Receitas Próprias Arrecadadas (R$)**
Janeiro	293.260,58	293.260,58
Fevereiro	293.260,58	293.260,58
Março	293.260,58	293.260,58
Abril	293.260,58	293.260,58
Maio	293.260,58	293.260,58
Junho	293.260,58	293.260,58
Julho	293.260,58	293.260,58
Agosto	293.260,58	293.260,58
Setembro	293.260,58	293.260,58

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2018		
Meses	**Repasse + Receitas Próprias Previstas (R$)**	**Repasse Recebido + Receitas Próprias Arrecadadas (R$)**
Outubro	293.260,58	293.260,58
Novembro	293.260,58	293.260,58
Dezembro	293.260,58	293.260,58
TOTAL	**3.519.126,96**	**3.519.126,96**

Quadro 09 - Programação Financeira Mensal

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL 2018		
Meses	Despesa Prevista (R$)	Despesa Empenhada (R$)
Janeiro	288.383,69	386.215,11
Fevereiro	268.383,69	274.154,23
Março	268.383,69	285.809,89
Abril	273.383,69	299.054,48
Maio	273.383,69	243.334,13
Junho	273.383,69	339.491,14
Julho	274.383,69	252.017,95
Agosto	274.383,69	263.699,64
Setembro	273.383,69	282.276,77
Outubro	273.383,69	293.461,24
Novembro	275.383,69	227.613,42
Dezembro	502.906,41	303.704,38
TOTAL	**3.519.127,00**	**3.450.832,38**

Quadro 10 - Cronograma Mensal de Desembolso

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2018		
Meses	Pagamentos Previstos (R$)	Pagamentos Realizados (R$)
Janeiro	288.383,69	386.215,11
Fevereiro	268.383,69	274.154,23
Março	268.383,69	285.809,89
Abril	273.383,69	299.054,48
Maio	273.383,69	243.334,13
Junho	273.383,69	339.491,14
Julho	274.383,69	252.017,95
Agosto	274.383,69	263.699,64
Setembro	273.383,69	282.276,77
Outubro	273.383,69	293.461,24
Novembro	275.383,69	227.613,42
Dezembro	502.906,41	303.704,38
TOTAL	**3.519.127,00**	**3.450.832,38**

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim apresentou-se o patrimônio da Câmara nos exercícios de 2017 e 2018:

6.1. Balanço Patrimonial comparado

Quadro 11 - Balanço Patrimonial

Ativo			Passivo		
Especificação	**Exercício 2018**	**Exercício 2017**	**Especificação**	**Exercício 2018**	**Exercício 2017**
Ativo Circulante			**Passivo Circulante**		
Caixa e Equivalentes de caixa	85.599,07	273.653,13	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	42.610,63	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.575,59	0,00
Estoques	37.073,89	45.803,32	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	122.672,96	319.456,45	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Não Circulante			Demais Obrigações a Curto Prazo	34.868,59	61.776,44
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Total do Passivo Circulante	80.054,81	61.776,44
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	**Passivo não Circulante**		
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
			Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
			Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
			Resultado Diferido	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Total o Passivo Não Circulante	0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00	0,00	**Patrimônio Líquido**		
Investimentos	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
			Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
Imobilizado	2.249.350,36	2.347.708,04	Resultados Acumulados	2.291.968,51	2.605.388,05
Intangível	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	2.249.350,36	2.347.708,04	Total do Patrimônio Líquido	2.291.968,51	2.605.388,05
TOTAL DO ATIVO	**2.372.023,32**	**2.667.164,49**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.372.023,32**	**2.667.164,49**

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades, bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - Patrimônio Líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Circulante

- ✓ Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2018.
- ✓ Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2018.

Ativo Não circulante

- ✓ Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2018, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.
- ✓ Estoques - o saldo dos bens em Estoque confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/2018. Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. A instalação do almoxarifado está em bom estado de conservação, podendo nela serem armazenados os estoques. Os bens em estoques se encontram organizados na sala do Almoxarifado em bom estado de conservação, com acesso somente do responsável pelo setor. Todas as entradas e saídas de materiais são registradas. Frequentemente é realizado pelo Controle Interno a conferência dos materiais no espaço físico com os dados do sistema, a fim de assegurar a consistência das informações.
- ✓ Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos confere com o valor dos créditos da Câmara com terceiros de curto prazo.

Passivo Circulante

- ✓ Os valores de Restos a pagar de 2018 passam a compor a conta Fornecedores e outras no grupo de contas 2.1., sendo que seu tratamento passa a ser orçamentário e tem anexo específico no Balanço Orçamentário.
- ✓ As Consignações estão consolidadas nas contas 2188.0.00.00 e os saldos dos depósitos em consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo não circulante

- ✓ Não houve empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Patrimônio Líquido

O saldo patrimonial é o apurando nas contas 2.3, tendo destaque para a conta de Resultados Acumulados que é a diferença apurada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

6.1.1. Anexos do Balanço Patrimonial

6.1.1.1. Demonstrativo de Superávit financeiro

O superávit financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Considerando que estas informações estão disponíveis em anexo do Balanço Patrimonial, tais informações vieram para preencher esta lacuna, sendo o resultado apurando por meio dos atributos de contas contábeis "P" e "F", devidamente vinculado às respectivas fontes de recursos, com a visão da Lei Federal 4.320/64.

Quadro 12 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Lei Federal 4.320/64.

	Exercício 2018	Exercício 2017
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	85.599,07	273.653,13
Ativo Permanente	2.286.424,25	2.393.511,36
Total do Ativo	2.372.023,32	2.667.164,49
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	82.981,33	120.396,72
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	82.981,33	120.396,72
Saldo Patrimonial (I-II)	2.289.041,99	2.546.767,77

Quadro 13 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

FONTES DE RECURSOS	Exercício 2018	Exercício 2017
Recursos Ordinários do Exercício Corrente	2.617,74	153.256,41
Total das Fontes de Recursos	2.617,74	153.256,41

Sendo assim, o superávit financeiro ocorreu no valor de R$ 2.617,74 (dois mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos).

6.1.1.2. Anexo ref. ao Demonstrativo do Ativo e do Passivo Compensado

As contas do Ativo e do Passivo compensado são apresentadas no anexo, demonstrado a seguir, em que figuram apenas os saldos das contas devedoras e os saldos das contas credoras. A movimentação das referidas contas constam das contas de controle, conforme as classes 7 e 8 do Plano de Contas.

Quadro 14 - Quadro das Contas de Compensação - Lei N.º 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017
Atos Potenciais do Ativo			**Atos Potenciais do Passivo**		
Garantias e Contra garantias recebidas	0,00	0,00	Garantias e Contra garantias concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00			
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
			Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00

Total dos Atos Potenciais Ativos	**0,00**	**0,00**	**Total dos Atos Potenciais Passivos**	**0,00**	**0,00**

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Exercício: 2018		**valores em R$**	
	Nota	Exercício 2018	Exercício 2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e venda de bens, serviços e direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais aumentativas financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências intragovernamentais		3.519.126,96	3.687.000,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de ativos		1.011,47	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Diversas variações patrimoniais aumentativas		197.404,98	70.150,31
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		3.717.543,41	3.757.150,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a pessoal		2.407.212,65	2.438.581,21
Encargos patronais		533.727,71	564.299,28
Benefícios a pessoal		91.402,45	91.860,42
Outras variações Patr. diminutivas - Pessoal e Encargos		79.805,25	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de material de consumo		135.352,31	108.932,85
Serviços		192.148,27	221.574,81
Depreciação, amortização e exaustão		230.175,90	62.192,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências intragovernamentais		153.256,41	624.176,69
Transferências a inter governamentais		65.676,84	0,00
Transferências a instituições multigovernamentais		6.600,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Inc. de Passivos			
Desincorporação de ativos		26.248,02	18.519,32
Tributárias		0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Diversas variações patrimoniais diminutivas		109.357,14	652.167,82
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		4.030.962,95	4.786.005,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		**(313.419,54)**	**(1.028.855,66)**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Variações Patrimoniais

- ✓ As variações patrimoniais podem ser qualitativas ou quantitativas. No caso de quantitativas podem ser aumentativas ou diminutivas.
- ✓ As mutações patrimoniais não têm mais o conceito de orçamentário apenas. São apenas conceitos econômico e dependem do fato gerador para serem reconhecidas. Fazem parte destas variações as prestações de serviços, os juros, a depreciação, as provisões.
- ✓ O total de bens móveis e imóveis incorporados por aquisição não mais fazem parte deste demonstrativo, pois são consideradas variações qualitativas, ou sejam, não alteram as contas do patrimônio líquido.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2018, apurou-se um resultado negativo de R$ 313.419,54 (trezentos e treze mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos), o qual foi decorrente em virtude da alteração das Variações Patrimoniais Diminutivas, em especial as transferências intergovernamentais e das diversas variações patrimoniais diminutivas.

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Não há divida fundada interna na Câmara Municipal de Barão de Cocais.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 16 - Demonstração da Dívida Flutuante

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
Especificação	**Saldo do exercício anterior**	**Movimento do Exercício**				**Saldo para o exercício seguinte**
		Inscrição	**Restabeleci-mento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	
RESTOS A PAGAR						
2016 Não Processado	2.598,17	0,00	0,00	2.598,17	0,00	0,00
2017 Não Processado	56.022,11	0,00	0,00	56.022,11	0,00	0,00
2018 Processado	0,00	63.469,56	0,00	0,00	0,00	63.469,56
2018 Não Processado	0,00	2.926,52	0,00	0,00	0,00	2.926,52
Total (Restos a Pagar)	**58.620,28**	**66.396,08**	**0,00**	**58.620,28**	**0,00**	**66.396,08**
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
INSS	0,00	205.883,92	0,00	191.375,38	0,00	14.508,54
IRRF	0,00	288.306,16	0,00	288.306,16	0,00	0,00
Caixa Econômica Federal/SIAPI	0,00	117.026,57	0,00	117.026,57	0,00	0,00
Salário Maternidade	0,00	33.150,03	0,00	33.150,03	0,00	0,00
Multas de trânsito	0,00	104,12	0,00	104,12	0,00	0,00

Icatu Hartford Seguros	0,00	101,97	0,00	101,97	0,00	0,00
ISSQN - Imposto s/ Serviço de Q. natureza	0,00	657,11	0,00	619,55	0,00	37,56
Pensão Alimentícia	0,00	5.724,00	0,00	5.724,00	0,00	0,00
Rendimento de Aplicação Financeira	16.746,45	2.039,15	0,00	16.746,45	0,00	2.039,15
Deposito Judicial	45.029,99	0,00	0,00	45.029,99	0,00	0,00
Seguro de Vida-CV Clube	0,00	1.223,64	0,00	1.223,64	0,00	0,00
Banco do Brasil	0,00	22.558,36	0,00	22.558,36	0,00	0,00
Sind.Interm.Servidores Publ.Munici.	0,00	1.205,56	0,00	1.205,56	0,00	0,00
Total (Depósitos e Consignações)	**61.776,44**	**677.980,59**	**0,00**	**723.171,78**	**0,00**	**16.585,25**
TOTAL GERAL	**120.396,72**	**744.376,67**	**0,00**	**781.792,06**	**0,00**	**82.981,33**

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações da entidade de curto prazo (Restos a Pagar, Consignações) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- ✓ Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- ✓ O valor das inscrições confere com as receitas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- ✓ O valor das baixas confere com as despesas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- ✓ Não houve restabelecimentos de saldos da Dívida Flutuante.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 17 - Demonstração dos Devedores Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
Especificação	**Saldo do exercício anterior**	**Movimentação do Exercício**				**Saldo para o exercício seguinte**
		Inscrição	**Restabele-cimento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	
Restos a Pagar						
Total (restos a pagar)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Depósitos e Consignações						
Total (depósitos e Consignações)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL GERAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Este quadro demonstra que a Câmara Municipal não possui créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2018 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 18 - Índice de Liquidez Imediata

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	**2017**	**2018**
Disponível em Caixa e Bancos (A)	273.653,13	85.599,07
Passivo Financeiro (B)	120.396,72	82.981,33
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	2,27	1,03

* Indica que para cada R$1,00 de dívida a curto prazo de 2018, a entidade possui disponível em Caixa e Bancos R$ 1,03 (um real e três centavos).

Quadro 19 - Índice de Liquidez Corrente

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULO	**2017**	**2018**
Ativo Financeiro (A)	273.653,13	85.599,07
Passivo Financeiro (B)	120.396,72	82.981,33
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	2,27	1,03

* Indica que para cada R$1,00 de Passivo Financeiro de 2018 a entidade possui disponível R$ 1,03 (um real e três centavos).

Quadro 20 - Índice de Liquidez Real

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULO	**2017**	**2018**
Ativo Real (A)	2.745.225,35	2.372.023,32
Passivo Real (B)	120.396,72	82.981,33
Índice de Liquidez Real (A/B)	22,80	28,58

* Indica que para cada R$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2018, a entidade possui R$ 28,58 (vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Os índices de pronta liquidez aumentaram em 2018, se comparado com 2017, o que demonstra que a entidade está mantendo/buscando o equilíbrio das contas.

7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R$ 58.620,28 (cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais e vinte e oito centavos), sendo R$ 2.598,17 (dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezessete centavos) restos a pagar não processados de 2016 e R$ 56.022,11 (cinquenta e seis mil, vinte e dois reais e onze centavos) restos a pagar não processados de 2017.

Os vereadores da legislatura 2018/2020 receberam as contas equilibradas e trabalharam com o objetivo de manter esta situação, de forma que os restos a pagar

fossem, no máximo, no montante da disponibilidade de caixa, atendendo, dessa forma, as exigências do art. 42 da Lei Complementar 101/00.

8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

8.1. Despesa total com pessoal

Quadro 21 - Despesa total com pessoal

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2018		
TÍTULOS	R$	%
Receita Corrente Líquida (A)	R$ 72.111.516,00	
Gastos com Pessoal do Legislativo (B)	R$ 3.020.745,61	
Percentual Total Aplicado pelo Poder Legislativo (B/A)	0,0418	4,18%

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Poder Legislativo não poderá exceder a 6% da Receita Corrente Líquida apurada no período. Demonstram-se, no quadro anterior, os gastos com pessoal realizados pelo Poder Legislativo, os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

Até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre/semestre, o Poder Legislativo divulgou os valores apurados.

8.2. Gastos com a folha de pagamento

Quadro 22 - Limite da Folha de Pagamento

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2018	
Total de recursos recebidos pela Câmara no exercício (A)	R$ 3.519.126,96
Valor total da folha de pagamento no exercício (excluindo encargos, inativos e pensionistas) (B)	R$ 2.407.212,65
Percentual aplicado com folha de pagamento da Câmara (B/A)	68,4 %
Percentual máximo permitido	70%

O demonstrativo comprova que a Câmara obedeceu ao limite máximo de 70% (setenta por cento) de suas receitas com a folha de pagamento, não contrariando, portanto, o § 1º do art. 29-A da Constituição da República.

8.3. Subsídio dos vereadores

Quadro 23 - Limite Máximo dos Subsídios dos Vereadores

LIMITE MÁXIMO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES EXERCÍCIO DE 2018	
Subsídios dos deputados estaduais (A)	R$ 25.322,25
Percentual máximo de acordo com a população do município (B)	30 %
Valor máximo de acordo com a população do município (C = A * B)	R$ 7.596,68
Valor do subsídio dos vereadores	R$ 7.026,88

O demonstrativo comprova que o subsídio dos vereadores obedeceu ao limite máximo de 30% (trinta por cento) em relação ao subsídio dos deputados estaduais, não contrariando, portanto, o inciso VI, do art. 29, da Constituição da República.

8.4. Gastos com a remuneração dos Vereadores

Quadro 24 - Despesa com Remuneração dos Vereadores

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES EXERCÍCIO DE 2018	
Receita total do município em 2018 (A)	R$ 71.655.249,78
Total da remuneração dos vereadores (B)	R$ 1.030.607,93
Percentual gasto (B/A * 100)	1,43%
Limite máximo permitido	5%

O demonstrativo comprova que foi observado o limite máximo de gastos com a remuneração dos vereadores que é de 5% (cinco por cento) da receita municipal, não contrariando, portanto, o inciso VII do art. 29 da Constituição da República.

9. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Quadro 25 - Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
MÊS	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R$)**	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R$)**	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS, IPSEMG etc.) (R$)**	**TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R$)**
JAN	41.426,10	-	-	41.426,10
FEV	41.705,96	-	-	41.705,96
MAR	41.577,28	-	-	41.577,28
ABR	41.177,25	-	-	41.177,25
MAI	40.648,93	-	-	40.648,93
JUN	40.596,14	-	-	40.596,14
JUL	41.416,12	-	-	41.416,12
AGO	41.991,99	-	-	41.991,99
SET	43.086,49	-	-	43.086,49
OUT	53.100,06	-	-	53.100,06
NOV	28.892,53	-	-	28.892,53
DEZ	78.108,86	-	-	78.108,86
TOTAL	**533.727,71**	-	-	**533.727,71**

10. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

No exercício de 2018, não ocorreram atos e/ou ações que provocaram danos ao erário.

11. Inventário

Diante das irregularidades apontadas pela Comissão Especial que auxiliou a Gerência de Patrimônio e Frotas a inventariar e avaliar os bens existentes na Câmara Municipal, a Administração tomou as devidas providências e o Inventário Patrimonial Geral da Câmara Municipal não mais permanece com o lançamento de "Bens não localizados", haja vista que, alguns bens foram localizados e outros 127 foram baixados por verificação perfazendo um valor total de desincorporação de R$ 22.625,06 (vinte dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).

Em julho de 2018, determinou-se a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e foi registrado na Polícia Civil - REDS 2018-033548834-001 a lista dos bens não localizados na Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal, Sr. Leonei Moraes Pires, aprovou o Relatório Final da Comissão Processante referente à instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades relacionadas ao Patrimônio da Câmara Municipal, apontadas pela Comissão Especial (Portaria nº 49/2017), promovendo o arquivamento do processo.

Em outubro de 2018, foi nomeada a Comissão de Patrimônio Inventário e Avaliação com o objetivo de realizar a avaliação, o inventário dos bens patrimoniais móveis do Poder Legislativo Municipal. Em dezembro de 2018, a Comissão apresentou ao Presidente da Câmara o Relatório de Atividades com o Inventário Patrimonial até 30 de novembro de 2018. O Presidente determinou a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I do Relatório de Atividades e encaminhá-los a Prefeitura Municipal.

12. Cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Foram cumpridos pela Câmara Municipal, os prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Assim também os balancetes mensais foram encaminhados por meio do SICOM ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

13. Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

- DECLARAÇÃO -

Eu, Fernanda Cristina Silveira, declaro que foi verificada e comprovada a legalidade de todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal.

Barão de Cocais, 27 de março de 2019.

Fernanda Cristina Silveira
Controlador Interno
CPF: 059.264.446-40

14. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo se encontra devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 04/2017, assim como as NBCASP NBC T 16.8 e NBC TSP; e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Durante os trabalhos de campo examinaram-se os controles internos administrativos da Câmara Municipal, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2018, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da Câmara.

Em minha opinião, as demonstrações contábeis apresentadas representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Câmara em 31 de dezembro de 2018, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Barão de Cocais, 27 de março de 2019.

Fernanda Cristina Silveira
Controlador Interno
CPF: 059.264.446-40